

**REGULAMENTO INTERNO DO PROGRAMA
DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM
ADMINISTRAÇÃO**

Válido para ingressantes a partir do 1º semestre de 2020

SUMÁRIO

Capítulo I	Das Finalidades.....	03
Capítulo II	Da Missão e Objetivos.....	03
Capítulo III	Da Organização.....	04
Capítulo IV	Das Atribuições.....	04
Capítulo V	Do Corpo Docente.....	06
Capítulo VI	Do Orientador.....	07
Capítulo VII	Da Inscrição e Seleção de Candidatos.....	08
Capítulo VIII	Da Matrícula.....	09
Capítulo IX	Das Bolsas de Estudos.....	13
Capítulo X	Das Atividades Curriculares e Aproveitamento de Estudos.....	13
Capítulo XI	Do Regime de Aprovação.....	13
Capítulo XII	Dos Requisitos para Obtenção do Grau de Mestre e/ou Doutor.....	14
Capítulo XIII	Do Exame de Qualificação.....	16
Capítulo XIV	Do Julgamento da Dissertação e/ou Tese.....	17
Capítulo XV	Do Desligamento de Alunos.....	19
Capítulo XVI	Da Reintegração.....	20
Capítulo XVII	Do Perfil do Egresso.....	21
Capítulo XVIII	Da Política e Processo de Autoavaliação.....	21
Capítulo XIX	Do Estágio de Pós-Doutorado.....	22
Capítulo XX	Das Disposições Gerais e Transitórias.....	24

REGULAMENTO INTERNO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE PAULISTA

CAPÍTULO I DAS FINALIDADES

Artigo 1º. Este Regulamento interno fixa normas de funcionamento, de atribuições de responsabilidades e de direitos para o Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Administração, condizente ao Mestrado e Doutorado, sob a responsabilidade da Vice-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Paulista.

- Parágrafo Único: Este documento obedece ao Estatuto, ao Regulamento Geral, ao Regimento da Coordenadoria de Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da UNIP e à legislação vigente.

CAPÍTULO II DA MISSÃO E OBJETIVOS

Artigo 2º. A Missão do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Administração é promover a difusão do conhecimento nas áreas de Administração e de Redes Organizacionais, formando cidadãos qualificados e potencialmente aptos a contribuir para o desenvolvimento do país através do aperfeiçoamento discente nos níveis de mestrado e doutorado. Isto por meio de atividades de pesquisa que se encontram em consonância com as demandas da sociedade contemporânea e do mundo do trabalho, respeitando a diversidade e cultivando a solidariedade, a inclusão, os valores humanos e a ética,

Artigo 3º. Os objetivos geral e específicos da Programa são:

- Parágrafo 1º - Objetivo geral do Programa: formar mestres e doutores em Administração que contribuam para pesquisa, análise, produção e aplicação do conhecimento na área de concentração do Programa, Redes Organizacionais, atendendo às necessidades de desenvolvimento dos Programas da Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Unip.

- Parágrafo 2º - Objetivos específicos para o Programa são:

I- Qualificar docentes, principalmente da área de Administração, para que aprimorem o conteúdo de suas disciplinas e as possibilidades de sua didática.

II- Desenvolver pesquisadores aptos a contribuir com o desenvolvimento do conhecimento na área de Administração, principalmente para os temas que envolvem redes organizacionais e seus desdobramentos sociais, estratégicos e operacionais.

III- Formar lideranças acadêmicas que contribuam com políticas científicas, tecnológicas e de qualificação profissional.

IV- Promover a integração da UNIP com a comunidade local, a partir das pesquisas realizadas no Programa, endossando a instituição como referência para o desenvolvimento de políticas relacionadas ao desenvolvimento das redes organizacionais;

V- Qualificar profissionais, principalmente gestores e proprietários de empresas, para que tenham visão crítica e ferramentas práticas para o desenvolvimento de negócios e de suas relações com outros atores, tais como instituições públicas, privadas e do terceiro setor.

CAPÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO

Artigo 4º. O Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Administração contará com um Colegiado com finalidades consultivas e normativas, conforme este Regulamento.

- Parágrafo 1º - O Colegiado terá a seguinte composição:

I- Coordenador do Programa;

II- Vice-Coordenador do Programa;

III- Professores permanentes do Programa;

IV- Secretário(a) da Pós-Graduação do curso, sem direito a voto.

V- Dois representantes discentes regularmente matriculados no curso e escolhidos pelos seus pares, sendo um do Mestrado e o outro do Doutorado.

- Parágrafo 2º - A presidência do Colegiado será exercida pelo Coordenador, com direito a voto de Minerva.

- Parágrafo 3º - O Colegiado deverá organizar o Regulamento para o seu funcionamento, submetendo-o à aprovação da Vice-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa.

- Parágrafo 4º - O mandato dos professores é de 02 (dois) anos e do representante discente, de 01 (um) ano.

Artigo 5º. A Vice-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa indicará o Coordenador do Programa.

- Parágrafo 1º - O Coordenador terá mandato de 04 (quatro) anos, permitida a recondução.

- Parágrafo 2º - O Programa pode ter um coordenador e um vice-coordenador.

CAPÍTULO IV DAS ATRIBUIÇÕES

Artigo 6º. Ao Colegiado cabe:

I- Elaborar, para cada período letivo, o plano de atividades do Programa, atribuindo encargos de ensino e pesquisa a seus membros, propondo disciplinas, aprovando os conteúdos programáticos propostos pelos professores;

II- Propor e adequar as linhas de pesquisa do Programa;

III- Propor alterações curriculares;

IV- Planejar as atividades complementares;

- V- Propor contratação ou desligamento de professores em função de sua produção científica e bibliográfica e de outros critérios definidos pelo Conselho de Pós-Graduação ou por outros órgãos da Instituição ou do sistema de Pós-Graduação, garantindo-se, por um lado, a articulação Pós-Graduação/Graduação e, por outro, a constante atualização e busca de excelência;
- VI- Apreciar recursos;
- VII- Elaborar relatórios, planejamento e orçamento solicitados pela Coordenação Geral da Coordenadoria de Programas de Pós-Graduação;
- VIII- Propor semestralmente, ou anualmente, a abertura de seleção e o número de vagas do Programa;
- IX- Homologar a escolha do Orientador de cada aluno;
- X- Analisar as solicitações de aproveitamento de créditos obtidos em outros Programas;
- XI- Analisar e expedir parecer sobre as solicitações de desligamento de discentes;
- XII- Constituir bancas de qualificação;
- XIII- Indicar bancas julgadoras de defesa de Dissertação e/ou Tese;
- XIV- Exercer as demais atribuições emanadas dos órgãos competentes.

Artigo 7º. Os Coordenadores do Programa têm as seguintes atribuições:

- I- Responder pelo Programa;
- II- Presidir as atividades do Colegiado do Programa;
- III- Tomar as iniciativas necessárias ao bom funcionamento do Programa;
- IV- Encaminhar ao Conselho de Pós-Graduação as propostas de nomes para formação de comissões examinadoras de Dissertações e/ou Teses apresentadas pelos orientadores;
- V- Assegurar o cumprimento, por alunos e professores, das orientações da Coordenadoria de Pós-Graduação e da Universidade;
- VI- Assessorar a Coordenação Geral da Coordenadoria de Pós-Graduação em tudo o que se diz respeito ao Programa;
- VII- Preparar a documentação relativa ao Programa para fins de credenciamento, solicitação de bolsas ou projetos similares;
- VIII- Providenciar os registros acadêmicos;
- IX- Elaborar horários e distribuição de disciplinas;
- X- Acompanhar o corpo docente e discente do Programa em todas as suas necessidades acadêmicas;
- XI- Estimular a publicação de Dissertações e/ou Teses defendidas e de pesquisas realizadas nos vários Programas;
- XII- Exercer demais atribuições emanadas dos órgãos competentes;
- XIII- Organizar o conjunto de disciplinas a serem oferecidas a cada período letivo;
- XIV- Zelar para que os programas aprovados para as disciplinas sejam cumpridos;
- XV- Promover reuniões com o corpo docente e/ou discente sempre que necessário;
- XVI- Encaminhar à Vice-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa solicitações necessárias ao bom andamento do Programa;
- XVII- Encaminhar ao Colegiado do Programa para análise e deliberação:
 - a) Recursos de alunos e de professores;
 - b) Pedidos de afastamento temporário ou de desligamento de docente;
 - c) Solicitações de trancamento de uma disciplina ou por um período;
 - d) Solicitações de desligamento de discente do Programa;
 - e) Calendário de atividades do curso, por período letivo;

- f) Solicitação de convalidação de disciplina realizada em outras instituições;
- g) Sugestões de banca para avaliação de Dissertações e/ou Teses;
- h) Procedimentos de ingresso de alunos no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Administração, incluindo critérios e datas;
- i) Os casos omissos.

CAPÍTULO V DO CORPO DOCENTE

Artigo 8º. O Corpo Docente será formado por professores com titulação mínima de Doutor, obtida em cursos recomendados e reconhecidos pelos órgãos competentes (MEC/CNE e CAPES).

Artigo 9º. Preferencialmente, devem ser contratados docentes com experiência em Programas de Pós-Graduação, desenvolvimento de pesquisa e publicações em revistas especializadas e anais de eventos científicos e tecnológicos.

Artigo 10. Os docentes serão avaliados anualmente com objetivo de melhoria do Programa quanto ao desempenho de atividades acadêmicas e administrativas, por meio dos seguintes instrumentos:

- I- Apresentação de relatório contendo artigos, pesquisas desenvolvidas e outras atividades relevantes;
- II- Dados administrativos: pontualidade; frequência; cumprimento do programa; respeito às normas e prazos;
- III- Participação nas atividades de interesse do Programa para as quais for convocado;
- IV- Questionário respondido pelos alunos participantes das atividades de ensino ministradas pelo professor.

Artigo 11. Também são atribuições do professor:

- I- Propor programação e reger disciplinas de acordo com a distribuição feita pelo Coordenador;
 - II- Desenvolver trabalhos de pesquisa coerentes com as linhas de pesquisa do Programa a que está vinculado;
 - III- Obedecer aos requisitos da Coordenação no que se diz respeito à entrega de programa de disciplinas, registro de presença e avaliação de alunos, horários, datas e número de aulas, comparecimento a reuniões, cumprimento de horário de trabalho e demais atividades de sua competência;
 - IV- Apresentar planos de trabalho anuais e relatórios de atividades semestrais.
- Parágrafo Único - O docente que não apresentar desempenho coerente com as necessidades do Programa poderá ser afastado, pela apreciação do Colegiado.

Artigo 12. O credenciamento e descredenciamento de membros do núcleo de docentes permanentes (NDP) no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Administração deverá atender aos seguintes critérios:

- Parágrafo 1º - Quanto ao credenciamento:
 - I- Atender às necessidades da área de concentração e das linhas de pesquisa;

II- Apresentar o *Curriculum Lattes*, evidenciando o título de doutor(a) reconhecido pelo governo brasileiro e a experiência em atividades acadêmicas, tais como participação em congressos e submissão de projetos a órgãos de fomento;

III- Demonstrar potencial de condução de pesquisas e de publicação em periódicos recomendados pela CAPES;

IV- Participar em Grupo de Pesquisa Certificado no CNPq e ou em IES reconhecida.

Parágrafo 2º - Uma vez credenciado caberá ao docente, no período de avaliação estabelecido pela CAPES (ou proporcionalmente a sua admissão no Programa):

I- Ter, pelo menos, um projeto de pesquisa concluído e um projeto de pesquisa em andamento, compatíveis com a área de concentração do Programa e registrados na Plataforma *Lattes*;

II- Ter a quantidade de orientações, defesas e produção técnica recomendada pela CAPES;

III- Comparecer a congressos e eventos de referência nacional e internacional;

IV- Ministras disciplinas para graduação;

V- Ter publicação qualificada (pessoal, de orientandos e de egressos) seguindo os critérios da CAPES;

VI- Participar como professor convidado em bancas de mestrado ou doutorado em outras instituições.

Parágrafo 3º - Serão descredenciados do Programa os docentes que não atenderem aos requisitos dos parágrafos anteriores desse artigo.

CAPÍTULO VI DO ORIENTADOR

Artigo 13. O Orientador, portador pelo menos do título de Doutor, é o membro do Corpo Docente escolhido para assistir o aluno na elaboração da respectiva Dissertação e/ou Tese, com as seguintes competências:

I- Aceitar ou recusar indicações de candidatos para orientação, em consonância com o Coordenador do Programa, bem como propor cancelamento de inscrições para orientação;

II- Avaliar pedido de prorrogação de prazo, no máximo por 06 (seis) meses, para conclusão do Programa, em caráter excepcional, a ser julgado pelo Coordenador em primeira instância e pelo Colegiado, em segunda instância;

III- Elaborar relatório de orientação, segundo Resolução da Comissão Geral de Pós-Graduação, para autorizar defesa de Dissertação e/ou Tese;

IV- Encaminhar à Secretaria do respectivo Programa, para as providências cabíveis, o trabalho de Dissertação e/ou Tese, solicitando homologação da Comissão Julgadora;

V- Estabelecer, juntamente com o aluno, programa individual para acompanhamento do plano de estudos, tendo em vista a elaboração da Dissertação e/ou Tese;

VI- Examinar as solicitações de trancamento de matrícula de disciplinas ou atividades, emitir parecer e encaminhar ao Coordenador;

VII- Examinar o histórico escolar e demais documentos comprobatórios de estudos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* do orientando, em caso de solicitação de aproveitamento de estudos realizados em outras instituições;

VIII- Orientar e aprovar as disciplinas e atividades em que o orientando deverá inscrever-se em cada período letivo;

- IX- Orientar e supervisionar os estudos de nivelamento, quando for o caso;
 - X- Orientar o aluno em todas as questões referentes ao preparo da Dissertação e/ou Tese;
 - XI- Presidir as Comissões Julgadoras do Exame de Qualificação e da Defesa de Dissertação e/ou Tese do seu orientando;
 - XII- Propor Banca Examinadora para Exame de Qualificação e Defesa de Dissertação e/ou Tese;
 - XIII- Referendar o pedido de Exame de Qualificação;
 - XIV- Supervisionar, acompanhar e orientar as atividades do orientando no decorrer do Programa;
 - XV- Verificar o cumprimento do Regulamento do Programa, tais como: número de créditos, prazos e proficiência em língua(s) estrangeira(s).
- Parágrafo 1º – O aluno poderá solicitar mudança de Orientador em requerimento dirigido ao Conselho de Pós-Graduação, que somente decidirá após ouvir o Orientador e o Coordenador do Programa.
 - Parágrafo 2º - Poderá haver coorientação de Dissertação e/ou Tese, desde que o Orientador e o coorientador sejam professores permanentes dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da UNIP, ou, em casos de doutorado sanduíche, que o coorientador seja professor da instituição receptora no exterior.

CAPÍTULO VII DA INSCRIÇÃO E SELEÇÃO DE CANDIDATOS

Artigo 14. Para ingresso no Mestrado serão aceitas inscrições de candidatos graduados em nível superior na área de Administração ou em áreas afins, e para ingresso no Doutorado serão aceitas inscrições de candidatos portadores do título de Mestre na área de Administração ou em áreas afins em curso reconhecido pelo MEC/CAPES.

- Parágrafo Único - Poderão inscrever-se graduados em cursos de tecnologia nas áreas de Administração, Engenharias e afins, cuja carga horária tenha sido igual ou superior a 1.600 (um mil e seiscentas) horas.

Artigo 15. Os candidatos inscritos submeter-se-ão ao Processo de Seleção e classificação que poderá utilizar prova, análise de currículo e proposta de pesquisa e/ou entrevista, objetivando avaliar o nível de conhecimento e potencial do candidato para acompanhamento do Programa.

Artigo 16. Para o Processo de Seleção, a seguinte documentação será exigida na inscrição:

- a) 02 (duas) fotos 3 X 4 (recentes);
- b) Cédula de identidade ou outro documento de identificação com validade nacional, para os candidatos brasileiros;
- c) Certidão de Nascimento ou Casamento;
- d) CPF;
- e) *Curriculum vitae* documentado (de preferência, *Lattes*);
- f) Diploma de graduação de curso reconhecido pelo MEC;
- g) Diploma de Mestrado (apenas para o Doutorado);
- h) Histórico escolar do(s) curso(s) de graduação;
- i) Histórico escolar do curso de Mestrado (apenas para o Doutorado);

- j) Projeto de Tese (apenas para o Doutorado);
 - k) Documento comprobatório do resultado obtido pelo candidato no Teste ANPAD;
 - l) Taxa de inscrição;
 - m) Registro Nacional de Estrangeiros (RNE) ou documento comprobatório de permanência regular no Brasil, para candidatos estrangeiros;
 - n) Certificado do CELPE-BRAS de suficiência em língua portuguesa, para os candidatos estrangeiros. Poderá ser aceito o protocolo de inscrição no exame.
- Parágrafo 1º - Na hipótese de faltar o diploma do curso de graduação, poderá ser aceito, em caráter provisório, atestado de conclusão de curso fornecido pela IES na qual o curso foi realizado.
- Parágrafo 2º - No caso de faltar o diploma do Mestrado, poderá ser aceita, em caráter provisório, cópia da ata de defesa da Dissertação de Mestrado, acompanhada do certificado de reconhecimento do curso pelo MEC/CAPES.
- Parágrafo 3º - Os candidatos que cursaram Graduação ou Mestrado em instituições estrangeiras deverão apresentar, no ato da inscrição, os seguintes documentos:
- o) Cópia do histórico escolar e do diploma do curso de graduação devidamente revalidado, segundo a legislação vigente, exceto quando se tratar de convênios internacionais, desde que incorporados pelo Brasil, para os candidatos ao Mestrado;
 - p) Cópia do histórico escolar e do diploma de Mestrado, devidamente reconhecido por programa brasileiro reconhecido pelo MEC, para os candidatos ao Doutorado.
- Parágrafo 4º - A qualquer momento poderão ser exigido outros documentos ou a documentação mencionada por meio digital.

Artigo 17. Os pós-graduandos deverão demonstrar proficiência em, pelo menos, 01 (uma) língua estrangeira, para o Mestrado, e 02 (duas), para o Doutorado.

I- A língua portuguesa não poderá ser adotada como língua estrangeira;

II- O aluno estrangeiro poderá demonstrar proficiência na língua de seu país de origem, desde que essa seja uma das línguas adotadas previamente pelo Programa;

III- A proficiência em língua estrangeira poderá ser comprovada no ato da inscrição, mediante apresentação de atestado fornecido por órgão oficialmente reconhecido;

IV- Na ausência de atestação oficial, a proficiência poderá ser realizada por prova específica como parte do processo seletivo dos candidatos.

Artigo 18. Não serão fornecidas as razões pelas quais os candidatos foram ou não selecionados.

CAPÍTULO VIII DA MATRÍCULA

Artigo 19. A matrícula inicial é destinada aos candidatos aprovados na seleção do Programa, que deverão regularmente matricular-se e preencher os seguintes documentos:

- a) Requerimento de matrícula em disciplina;
- b) Contrato de prestação de serviços entre a UNIP e o candidato, devidamente assinado.

Artigo 20. Os documentos exigidos na inscrição, não entregues no ato da matrícula pelo candidato, deverão ser apresentados, no máximo, em até 06 (seis) meses após a matrícula inicial, sob pena de desligamento do Programa.

Artigo 21. A renovação de matrícula destina-se aos alunos que têm vínculo com a Instituição para prosseguimento dos seus estudos e é feita a cada semestre, na(s) disciplina(s), atividades curriculares ou orientação de Dissertação ou Tese, mediante a apresentação do currículo *Lattes* (atualizado) e do visto de estudante ou RNE válido, para alunos estrangeiros, na(s) disciplina(s) que o aluno pretenda cursar, observadas as condições estipuladas pelo Programa.

- Parágrafo 1º - O currículo *Lattes* deve demonstrar, em sua atualização, o cumprimento dos compromissos acadêmicos do aluno, sob pena de advertência do Orientador e, na reiteração, de desligamento do Programa.

- Parágrafo 2º - O aluno que por algum motivo não pretender ou não puder matricular-se em um determinado semestre, poderá requerer seu afastamento por 01 (um) semestre letivo, mediante solicitação de trancamento de matrícula. Esse afastamento não implicará ampliação do prazo para obtenção do título.

- Parágrafo 3º - Não será concedido trancamento de matrícula no primeiro semestre do curso ou no último semestre do prazo mínimo e máximo para a conclusão do curso.

- Parágrafo 4º - O trancamento deverá ser solicitado em até 30 (trinta) dias do início das aulas e não poderá ser inferior ou superior a 01 (um) semestre letivo.

- Parágrafo 5º - O Coordenador poderá ou não deferir a solicitação de trancamento.

- Parágrafo 6º - O aluno que não se matricular por 02 (dois) semestres consecutivos estará automaticamente desligado do Programa podendo, no entanto, ser reintegrado, em um prazo não superior a 5 (cinco) anos do afastamento, desde que autorizado pelo Coordenador do Programa e Coordenador Geral da Pós-Graduação.

Artigo 22. Será cancelada a matrícula do aluno quando solicitada por escrito ou quando, em processo disciplinar, for condenado à pena de desligamento.

Artigo 23. Será facultado ao aluno regular pedido de trancamento de matrícula em qualquer disciplina, com o conhecimento do Orientador, mediante requerimento justificado ao Colegiado do Programa. O formulário de trancamento de matrícula está disponível na página do Programa na internet.

- Parágrafo 1º - O aluno que requerer trancamento de uma disciplina dentro do calendário escolar não terá esta disciplina incluída no seu histórico escolar. Tal trancamento não terá efeito suspensivo em relação aos prazos máximos regimentais para obtenção de títulos.

- Parágrafo 2º - O cancelamento da disciplina deverá ser feito em até 02 (duas) semanas após o início da mesma.

Artigo 24. Serão admitidos alunos especiais, desde que aprovados pelo Colegiado, como participantes do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Administração.

- Parágrafo 1º - Poderão ser admitidos pelo Processo Seletivo alunos especiais, portadores de diplomas de curso superior reconhecido, sem direito à obtenção de título de Mestre ou Doutor.

- Parágrafo 2º - O aluno especial, no que couber, ficará sujeito às mesmas normas exigidas para o aluno regular, salvo as relacionadas à Orientação, Qualificação e Defesa de Dissertação ou Tese.

- Parágrafo 3º - A matrícula dos alunos especiais será condicionada à existência de vagas não preenchidas por alunos regulares e deverá ser submetida à aprovação do Colegiado do Programa e ao Conselho de Pós-Graduação.
- Parágrafo 4º - O aluno especial poderá cursar, no máximo, 02 (duas) disciplinas por semestre, por um período de, no máximo, 01 (um) ano quando houver Processo Seletivo anual e de, no máximo, 01 (um) semestre quando houver Processo Seletivo semestral.
- Parágrafo 5º - Ao aluno especial será conferido um certificado de aprovação, uma vez aprovado, na(s) disciplina(s) em que se matriculou.
- Parágrafo 6º - O aluno especial pagará o valor integral da mensalidade.
- Parágrafo 7º - O aluno especial deverá submeter-se ao Processo Seletivo e ser aprovado, caso queira prosseguir no Programa como aluno regular.
- Parágrafo 8º - As disciplinas cursadas poderão ser convalidadas assim que o aluno passar à categoria de aluno regular, dependendo da autorização do Coordenador do Programa, desde que preenchidos todos os requisitos exigidos dos alunos regulares.
- Parágrafo 9º - O tempo do Mestrado ou Doutorado passará a ser contado a partir da data do início da disciplina que o aluno cursou como aluno especial.
- Parágrafo 10 - O aluno especial terá acesso à biblioteca e ao campus.
- Parágrafo 11 - O aluno especial poderá solicitar atestados e documentos na Secretaria, dos quais constará a condição de "aluno especial".

Artigo 25. Serão admitidos alunos ouvintes, desde que aprovados pelo Colegiado, como participantes do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Administração.

- Parágrafo 1º - Poderão ser admitidos pelo Processo Seletivo alunos ouvintes, portadores de diplomas de curso superior reconhecido, sem direito à obtenção de título de Mestre ou Doutor.
- Parágrafo 2º - O aluno ouvinte, no que couber, ficará sujeito às mesmas normas exigidas para o aluno regular, salvo as relacionadas à Orientação, Qualificação e Defesa de Dissertação ou Tese.
- Parágrafo 3º - O aluno ouvinte poderá cursar somente 01 (uma) disciplina por semestre.
- Parágrafo 4º - O aluno ouvinte pagará 10% (dez por cento) do valor da mensalidade por disciplina cursada no semestre.
- Parágrafo 5º - Ao aluno ouvinte será conferido um certificado de aprovação, uma vez aprovado, na disciplina em que se matriculou, do qual constará a condição de "aluno ouvinte".
- Parágrafo 6º - O aluno ouvinte deverá submeter-se ao Processo Seletivo e ser aprovado, caso queira prosseguir no Programa como aluno especial ou regular.
- Parágrafo 7º - As disciplinas cursadas não poderão ser convalidadas, mesmo que o aluno passe à categoria de aluno especial ou regular, depois de ter sido aprovado no Processo Seletivo.
- Parágrafo 8º - O aluno ouvinte terá acesso à biblioteca e ao campus.
- Parágrafo 9º - O aluno ouvinte poderá solicitar atestados e documentos na Secretaria, dos quais constará a condição de "aluno ouvinte".

Artigo 26. Poderão ser admitidos pelo Colegiado dos Programas e com a aprovação da Coordenadoria de Pós-Graduação e Pesquisa, alunos em mobilidade acadêmica provenientes de Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* de instituição de ensino superior pública ou privada, nacional ou estrangeira, desde que possuam acordo de cooperação.

- Parágrafo 1º - O aluno em mobilidade poderá cursar disciplinas isoladas nos Programas.

- Parágrafo 2º - O aluno em mobilidade, no que couber, ficará sujeito às mesmas normas exigidas para o aluno regular, salvo as relacionadas à Orientação, Qualificação e Defesa de Dissertação ou Tese.
- Parágrafo 3º - A matrícula dos alunos em mobilidade será condicionada à existência de vagas não preenchidas por alunos regulares e deverá ser submetida à aprovação do Colegiado do Programa e ao Conselho de Pós-Graduação.
- Parágrafo 4º - O aluno em mobilidade será isento do pagamento da matrícula e das mensalidades do curso.
- Parágrafo 5º - O aluno em mobilidade, proveniente de instituição de ensino superior nacional, deverá apresentar atestado de matrícula e documento autorizando matrícula em disciplinas isoladas, fornecidos pela instituição de origem.
- Parágrafo 6º - O aluno em mobilidade, proveniente de instituição de ensino superior estrangeira, deverá apresentar:
 - a) Histórico escolar do curso de Mestrado da instituição de ensino superior estrangeira conveniada, para candidatos ao Mestrado;
 - b) Histórico escolar do curso de Doutorado da instituição de ensino superior estrangeira conveniada, para candidatos ao Doutorado;
 - c) Comprovante de proficiência em língua portuguesa, língua inglesa ou língua espanhola;
 - d) Plano de estudos a ser realizado na UNIP, com aprovação de ambas as instituições;
 - e) Currículo atualizado;
 - f) Cópia do Passaporte;
 - g) Cópia do Seguro Saúde;
 - h) Cópia do visto de permanência no país;
 - i) Ficha de inscrição para participação no Programa de Mobilidade Acadêmica da UNIP, traduzidos para a língua portuguesa.
- Parágrafo 7º - Ao aluno em mobilidade será conferido um certificado de aprovação, uma vez aprovado, na disciplina em que se matriculou.
- Parágrafo 8º - O aluno em mobilidade terá acesso à biblioteca e ao campus.
- Parágrafo 9º - O aluno em mobilidade poderá solicitar atestados e documentos na Secretaria, dos quais constará a condição de "aluno em mobilidade".
- Parágrafo 10 - A análise e correspondente atribuição de aproveitamento de estudos ou crédito em disciplinas ficarão sob a responsabilidade da instituição de origem do aluno.

Artigo 27. Poderão ser aceitas, para aproveitamento de créditos, disciplinas cursadas em outros Programas recomendados pela CAPES, conforme Artigo 33.

Artigo 28. Com exceção dos alunos eventuais, os alunos terão obrigações financeiras com a Universidade, decorrentes das atividades próprias do Programa, tais como: aulas, orientação, seminários, uso de laboratórios, produção de material didático, expedição de documentos, matrícula e outros.

CAPÍTULO IX DAS BOLSAS DE ESTUDO

Artigo 29. Sobre bolsas de estudo e/ou taxa escolares:

- Parágrafo Único - É expressamente proibido o acúmulo de bolsas de estudo e/ou taxas escolares de agências de fomento públicas e/ou privadas, nacionais e/ou internacionais.

CAPÍTULO X DAS ATIVIDADES CURRICULARES E APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

Artigo 30. As atividades curriculares do Programa compreendem a participação em disciplinas, Proficiência em Língua Estrangeira, elaboração e publicação de um artigo em revista especializada ou em anais de encontro científico e tecnológico, Projeto de Pesquisa, Exame de Qualificação e defesa da Dissertação ou Tese.

Artigo 31. As disciplinas da grade curricular têm por objetivo subsidiar o aluno quanto aos conceitos, teorias, métodos e técnicas peculiares às áreas de trabalho de Administração, em específico nas áreas de Estratégias e Operações em Redes, Abordagens Sociais em Redes e afins, especialmente, no que concerne aos avanços científicos e tecnológicos.

Artigo 32. As disciplinas englobam as atividades desenvolvidas em sala de aula e/ou extraclasse.
- Parágrafo Único - As atividades extraclasse compreendem a participação em seminários, palestras, visitas, execução de experimentos e práticas laboratoriais, estudos orientados e pesquisas, e visam à vivência prática, à troca de ideias e experiências, à atualização e à complementação de conhecimentos.

Artigo 33. Poderão ser aceitas, para contagem de créditos, disciplinas cursadas em outros Programas recomendados pela CAPES, cuja última data não seja superior a 03 (três) anos, até o limite de 1/3 (um terço) do total de créditos exigidos pelo Programa para obtenção do título.

Artigo 34. As disciplinas cursadas com aproveitamento em instituições de excelência, em nível de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, recomendadas pela CAPES, poderão ser aproveitadas, respeitando o disposto no Artigo 33, desde que o pedido seja justificado pelo Coordenador e aprovado pelo Colegiado.

CAPÍTULO XI DO REGIME DE APROVAÇÃO

Artigo 35. O aproveitamento em cada disciplina será avaliado por meio de provas, exames, trabalhos, relatórios, projetos e seminários.

Artigo 36. É obrigatória a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) do total de horas/aula previstas para a disciplina, salvo casos previstos em lei.

- Parágrafo 1º - O aluno que vier a interromper as atividades de uma disciplina sem solicitar o trancamento da matrícula na mesma, nos prazos previstos pelo Calendário Escolar, será considerado nela reprovado.

- Parágrafo 2º - O trancamento em uma ou mais disciplinas não implica a dilatação do prazo máximo para obtenção de título.

Artigo 37. Será aprovado o aluno que obtiver nota igual ou superior a 07 (sete). O resultado da avaliação será expresso pela seguinte escala:

NÍVEL	NOTA	CONCEITO	
A	9 a 10,00	Excelente	com direito a créditos
B	8 a 8,9	Bom	com direito a créditos
C	7 a 7,9	Regular	com direito a créditos
D	0 a 6,9	Insuficiente	sem direito a créditos
J		Pendente	sem direito a créditos

Artigo 38. O aluno que obtiver nível C em 02 (duas) disciplinas e atividades constantes de seu plano de estudo poderá ser desligado do Programa, a critério do Colegiado do Programa e com a aprovação da Coordenadoria de Pós-Graduação e Pesquisa.

Artigo 39. Os professores responsáveis por disciplinas deverão remeter à Secretaria as notas e frequências dos alunos até uma semana após o último dia de aula de sua disciplina oferecida no semestre.

CAPÍTULO XII

DOS REQUISITOS PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE E/OU DOUTOR

Artigo 40. A integralização dos estudos necessários ao Mestrado será expressa em unidades de créditos obtidas em disciplinas, Oficinas de Projetos e Artigos, publicação de artigo, e apresentação da Dissertação. E ao Doutorado será expressa em unidades de créditos obtidas em disciplinas, Exame de Qualificação, publicação de artigo e apresentação da Tese.

- Parágrafo Único - Antes da Qualificação, os alunos deverão assistir a, no mínimo, dois Exames de Qualificação e duas defesas de Dissertação ou Tese.

Artigo 41. Cada unidade de crédito corresponde a 15 (quinze) horas de dedicação em atividades programadas em sala de aula e/ou extraclasse.

Artigo 42. Para a obtenção do Grau de Mestre, além de ser aprovado no Exame de Proficiência em Língua Estrangeira, o aluno deverá completar, no mínimo, 44 (quarenta e quatro) unidades de créditos, correspondentes a 660 (seiscentos e sessenta) horas, assim distribuídas:

I- 24 (vinte e quatro) unidades de créditos em disciplinas, sendo:

- a) 04 (quatro) créditos em disciplina obrigatória da área de concentração;
- b) 08 (oito) créditos em disciplinas metodológicas;
- c) 04 (quatro) créditos em disciplina específica da linha de pesquisa;
- d) 08 (oito) créditos em disciplinas eletivas;

II- 12 (doze) unidades de créditos pela elaboração da dissertação;

III- 04 (quatro) unidades de créditos pela publicação de artigo técnico-científico em evento relevante da área, mediante comprovação pela identificação do orientador em coautoria;

VI- 04 (quatro) unidades de créditos pela submissão de artigo técnico-científico em periódico Qualis, baseado na Dissertação, mediante comprovação pela identificação do orientador em coautoria.

Artigo 43. Para a obtenção do Grau de Doutor, além de ser aprovado no Exame de Proficiência em Língua Estrangeira, conforme o disposto no artigo 48, o aluno deverá completar, no mínimo, 72 (setenta e duas) unidades de créditos, correspondentes a 1080 (mil e oitenta) horas, assim distribuídas:

I - 36 (trinta e seis) unidades de créditos em disciplinas, sendo:

- a) 04 (quatro) créditos em disciplina obrigatória da área de concentração;
- b) 12 (doze) créditos em disciplinas metodológicas;
- c) 8 (oito) créditos em disciplinas específicas da linha de pesquisa;
- d) 12 (doze) créditos em disciplinas eletivas;

II- 20 (vinte) unidades de créditos pela elaboração da tese;

III- 08 (oito) unidades de créditos pela publicação de artigo técnico-científico em dois eventos relevantes da área, mediante comprovação pela identificação do orientador em coautoria;

VI- 08 (oito) unidades de créditos pela publicação de artigo técnico-científico em periódico Qualis/CAPES, qualificados nos estratos A ou B, baseado na Tese, mediante comprovação pela identificação do orientador em coautoria.

- Parágrafo Único - As disciplinas cursadas com aproveitamento em cursos de Mestrado Acadêmico ou Profissional, reconhecidos pela Capes, poderão ser aproveitadas até o limite de 20 (vinte) créditos.

Artigo 44. O professor orientador poderá, em situação especial, analisar e julgar o mérito do artigo elaborado pelo aluno, atribuindo-lhe os créditos correspondentes e comprometendo-se a encaminhá-lo a eventos apropriados para apresentação e publicação.

Artigo 45. Os créditos do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Administração deverão ser finalizados nos seguintes prazos:

I- O Programa de Mestrado, compreendendo a apresentação da respectiva Dissertação, não poderá ser concluído em prazo inferior a 24 (vinte e quatro) meses e superior a 30 (trinta) meses;

II- O Programa de Doutorado, compreendendo a apresentação da respectiva Tese, não poderá ser concluído em prazo inferior a 36 (trinta e seis) meses e superior a 48 (quarenta e oito) meses;

III- O aluno de Mestrado que não qualificar até o 24º (vigésimo quarto) mês de curso e o aluno de Doutorado que não qualificar até o 36º (trigésimo sexto) mês de curso poderá ser desligado do Programa.

- Parágrafo 1º - Após o término do prazo mínimo, se necessário, o aluno deverá preencher o formulário de prorrogação de prazo disponibilizado no *site* do Programa, que deverá ser autorizado pelo Coordenador do Programa e Orientador.
- Parágrafo 2º - A prorrogação do prazo poderá ser concedida, em caráter excepcional, por apenas 01 (um) semestre para o Mestrado e 02 (dois) semestres consecutivos para o Doutorado, não sendo permitido ao aluno o trancamento de matrícula durante este período.
- Parágrafo 3º - Caso o aluno solicite prorrogação de prazo para entrega da Dissertação ou Tese, deverá pagar as mensalidades até o efetivo depósito da Dissertação ou Tese na Secretaria.
- Parágrafo 4º - Será desligado do Programa o aluno que não cumprir os créditos para obtenção do título no prazo máximo estipulado.

Artigo 46. Para o aluno regular, o prazo para a realização do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Administração inicia-se na primeira matrícula e é contado até a data da defesa de sua Dissertação ou Tese. E para o aluno especial, o prazo para a realização começa na data do início da disciplina que cursou como aluno especial.

Artigo 47. O aluno deverá entregar 08 (oito) exemplares da Dissertação e 10 (dez) exemplares da Tese, conforme disposto no Artigo 54.

- Parágrafo 1º - Excepcionalmente, poderão ser entregues à Secretaria do Programa 03 (três) exemplares e documento comprobatório do aceite e recebimento do arquivo digital do trabalho pelos membros das Comissões Julgadoras de Dissertação e Tese.
- Parágrafo 2º - O aluno bolsista deverá fazer um agradecimento oficial, na Dissertação ou Tese, à agência de fomento e enviar um exemplar para esta.

Artigo 48. Até o Exame de Qualificação, o aluno regularmente matriculado deverá ser aprovado em Exame de Proficiência em Língua Estrangeira.

- Parágrafo 1º - Para o Mestrado, o aluno deverá ser aprovado em Proficiência em Língua Inglesa e para o Doutorado, deverá ser aprovado em Proficiência em outra língua estrangeira, diferente da língua estrangeira na qual foi aprovado no Mestrado.
- Parágrafo 2º - O estudante, regularmente matriculado, que não obtiver aprovação no Exame de Proficiência em Língua Estrangeira em duas oportunidades será desligado do Programa.

CAPÍTULO XIII DO EXAME DE QUALIFICAÇÃO

Artigo 49. Após completar os créditos correspondentes às disciplinas e estar habilitado no Exame de Proficiência de Língua Estrangeira, o aluno deverá submeter-se ao Exame de Qualificação, perante Banca Examinadora sugerida pelo Orientador e aprovada pelo Colegiado.

- Parágrafo 1º - Para realizar o Exame de Qualificação, o aluno deve estar devidamente matriculado no semestre.
- Parágrafo 2º - O aluno deverá encaminhar um modelo final de seu memorial de Qualificação ao seu Orientador, redigido exatamente igual ao exemplar que será distribuído à banca, para que o Orientador

verifique se foram cumpridos os critérios padronizados pelo Programa e confirme a legitimidade de autoria do texto.

Artigo 50. A Banca Examinadora:

I- Para o Mestrado, deverá ser composta por 03 (três) membros titulares e 02 (dois) suplentes, devendo pelo menos 01 (um) dos membros titulares e 01 (um) suplente ser externos à UNIP;

II- Para o Doutorado, deverá ser composta por 05 (cinco) membros titulares e 02 (dois) suplentes devendo pelo menos 02 (dois) dos membros titulares e 01 (um) suplente ser externos à UNIP. Dentre os membros externos titulares deverá haver, pelo menos, 01 (um) docente com experiência em orientação de doutorado;

III- Todos os membros e suplentes deverão ser docentes permanentes de programa *Stricto Sensu* recomendado pela CAPES, profissionais atuantes, de competência reconhecida, com titulação mínima de Doutor obtida há, no mínimo, 02 (dois) anos, com produção intelectual relacionada ao tema da Dissertação ou Tese;

IV- Fica vedado que a banca examinadora de Qualificação de Dissertação ou Tese seja composta por membros com relações de parentesco, filiação, societárias e/ou comerciais entre si ou com os candidatos, além de ex-alunos da própria universidade não vinculados formalmente a outra instituição.

Artigo 51. A data do Exame de Qualificação será fixada pelo Colegiado, mediante requerimento do aluno e visto do Orientador.

Artigo 52. No Exame de Qualificação, o aluno será aprovado ou reprovado, não havendo atribuição de níveis de conceito.

Artigo 53. O Plano de Trabalho da Dissertação ou Tese deverá ser enviado à Banca Examinadora com antecedência mínima de 20 (vinte) dias da data do Exame de Qualificação.

- Parágrafo 1º - O Exame de Qualificação tem por objetivo avaliar o desenvolvimento da Dissertação ou Tese do aluno.

- Parágrafo 2º - O Exame de Qualificação constará de exame oral da Dissertação ou Tese em desenvolvimento, realizado por uma banca, conforme o Artigo 50.

- Parágrafo 3º - O aluno será aprovado no Exame de Qualificação quando aprovado por todos os examinadores.

- Parágrafo 4º - O aluno inabilitado poderá repetir uma única vez o Exame de Qualificação, decorrido pelo menos 01 (um) mês da realização do primeiro.

CAPÍTULO XIV DO JULGAMENTO DA DISSERTAÇÃO E/OU TESE

Artigo 54. O aluno só poderá depositar os volumes e submeter-se ao exame da Dissertação ou Tese depois da integralização dos créditos em disciplinas e outras atividades equivalentes exigidos no Artigo 42, para o Mestrado, e o Artigo 43, para o Doutorado, bem como aprovação no Exame de Qualificação, demonstrar proficiência em, pelo menos, 01 (uma) língua estrangeira para o Mestrado e 02 (duas) para

o Doutorado e estar com matrícula regular em orientação de Dissertação ou Tese no semestre do depósito.

- Parágrafo 1º - Para a defesa da Dissertação, o candidato deverá apresentar:
 - a) 07 (sete) cópias brochuras (capas disponibilizadas pela Secretaria de Pós-Graduação);
 - b) 01 (uma) cópia em capa dura, conforme padrão;
 - c) 01 (um) CD-ROM constando trabalho completo da Dissertação (doc. e PDF) em um único arquivo e formulário de trabalho de conclusão;
 - d) Preenchimento do impresso para divulgação e veiculação impressa pela Universidade.
- Parágrafo 2º - Para a defesa da Tese, o candidato deverá apresentar:
 - a) 09 (nove) cópias brochuras (capas disponibilizadas pela Secretaria de Pós-Graduação);
 - b) 01 (uma) cópia em capa dura, conforme padrão;
 - c) 01 (um) CD-ROM contendo trabalho completo da Tese (doc. e PDF) em um único arquivo, formulário de trabalho de conclusão e resumo de 10 (dez) até 15 (quinze) páginas da Tese para disponibilização na internet;
 - d) Preenchimento do impresso para divulgação e veiculação impressa pela Universidade.
- Parágrafo 3º - Excepcionalmente, poderão ser entregues à Secretaria do Programa 03 (três) exemplares e documento comprobatório do aceite, pelos membros das Comissões Julgadoras de Dissertação e Tese, de recebimento do arquivo digital do trabalho.
- Parágrafo 4º - O aluno contemplado com a bolsa CAPES/PROSUP deverá entregar um exemplar (brochura) a mais e colocar agradecimento a CAPES/PROSUP pela bolsa recebida.

Artigo 55. A Dissertação e/ou a Tese serão preparadas pelo aluno, sob orientação do professor Orientador, constituindo-se em trabalho final compatível com os objetivos do Programa.

- Parágrafo 1º - A Dissertação ou Tese deverão ser redigidas na língua portuguesa, com resumo obrigatoriamente na língua portuguesa e na língua inglesa.
- Parágrafo 2º - É possível a realização da defesa da Dissertação ou da Tese, total ou parcialmente, também em inglês ou espanhol, desde que haja concordância do aluno, orientador e coordenador do curso.
- Parágrafo 3º - Ao orientador caberá aprovar a entrega final do trabalho, por meio de documento escrito encaminhado à Coordenadoria de Pós-Graduação.
- Parágrafo 4º - A elaboração da Dissertação ou Tese deve ser de responsabilidade e autoria exclusiva do aluno, não sendo toleradas cópias, terceirizações ou plágios de Dissertações e/ou Teses ou outros trabalhos já publicados.
- Parágrafo 5º - O título de Mestre ou de Doutor poderá ser cassado pela Universidade sempre que identificadas e comprovadas práticas de terceirizações, subcontratações, cópias ou plágios de trabalhos já disponibilizados para consulta, publicados ou arquivados em meio físico ou eletrônico, e utilizados nas teses ou dissertações apresentadas pelo aluno.
- Parágrafo 6º - O aluno terá garantido o direito de defesa em procedimento administrativo a ser instaurado pela Vice-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, exclusivamente para apurar e punir as práticas referidas no Parágrafo 4º.

Artigo 56. A Banca Examinadora do Mestrado deverá ser composta por 03 (três) membros titulares e 02 (dois) suplentes e do Doutorado por 05 (cinco) membros titulares e 02 (dois) suplentes, todos profissionais atuantes, de competência reconhecida, com titulação mínima de Doutor obtida há, no

mínimo, 02 (dois) anos, com produção intelectual relacionada ao tema da Dissertação ou Tese, sendo o Orientador membro nato e presidente da Banca, devendo 01 (um) dos membros, para o Mestrado, e 02 (dois), para o Doutorado, serem externos à UNIP.

- Parágrafo 1º - Na falta ou impedimento do Orientador, o Conselho de Pós-Graduação indicará um substituto.

- Parágrafo 2º - Fica vedado que a banca examinadora da defesa de Dissertação ou Tese seja composta por membros com relações de parentesco, filiação, societárias e/ou comerciais entre si ou com os candidatos, além de ex-alunos da própria universidade não vinculados formalmente a outra instituição.

Artigo 57. Definida e confirmada a composição da Comissão Julgadora, a arguição deverá ocorrer no prazo mínimo de 30 (trinta) dias e máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de aprovação da Banca Examinadora pelo Colegiado.

Artigo 58. A defesa da Dissertação ou Tese será realizada em sessão pública, nas dependências da Universidade, marcada com 20 (vinte) dias de antecedência e divulgada ao público.

- Parágrafo Único - Será permitida a realização da defesa pública com a participação remota de membros da banca examinadora, exceto candidato e Orientador, por meio de videoconferência ou outra tecnologia de transmissão síncrona de som e imagem e desde que com a utilização das ferramentas tecnológicas disponíveis na UNIP.

Artigo 59. Encerrada a sessão de defesa da Dissertação ou Tese, cada examinador expressará o seu julgamento em sessão secreta e dará uma nota na escala de zero a dez.

Artigo 60. O presidente da Banca Examinadora lavrará a ata da sessão, assinada por todos os membros que participaram do ato, indicando o resultado obtido mediante consenso.

- Parágrafo Único - Se os membros da banca sugerirem alteração na Dissertação ou Tese, o aluno deverá entregar uma errata, assinada por ele e pelo Orientador, em até 30 (trinta) dias corridos, para a Secretaria de Pós-Graduação e deverá trocar somente o CD-ROM com as informações sobre a sua Dissertação ou Tese alterada.

Artigo 61. Será outorgado o título de Mestre ou Doutor em Administração ao candidato que obtiver aprovação de todos os membros da Banca Examinadora.

Artigo 62. A redação da Dissertação ou Tese deverá obedecer ao padrão em vigor, referendado pelo Colegiado e disponível na Secretaria de Pós-Graduação.

CAPÍTULO XV DO DESLIGAMENTO DE ALUNOS

Artigo 63. O aluno poderá ser desligado do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Administração e com a aprovação da Coordenadoria de Pós-Graduação quando:

- I- Abandonar o Programa em qualquer de suas fases por 02 (dois) semestres consecutivos;
- II- For reprovado em 03 (três) disciplinas diferentes ou 02 (duas) vezes na mesma disciplina;
- III- Obter nível C em 02 (duas) disciplinas constantes de seu plano de estudo;
- IV- For reprovado pela segunda vez no Exame de Qualificação;
- V- For reprovado pela segunda vez no Exame de Proficiência em Língua Estrangeira;
- VI- Não cumprir qualquer atividade ou exigência nos prazos regimentais;
- VII- Forem identificadas ou comprovadas práticas de terceirizações ou subcontratações, cópias e plágios de trabalhos já publicados;
- VIII- Não demonstrar, nas atualizações do currículo *Lattes*, o cumprimento de seus compromissos acadêmicos;
- IX- For reprovado na Defesa Pública.

CAPÍTULO XVI DA REINTEGRAÇÃO

Artigo 64. O aluno desligado do Programa que desejar dar continuidade a seus estudos poderá retornar ao mesmo Programa, por meio de Reingresso ou mediante solicitação de Reintegração.

- Parágrafo 1º - A continuidade dos estudos por meio de Reingresso se dará por meio de novo processo seletivo e poderá ser concedida quando o motivo do cancelamento não se referir ao inciso VII do artigo 63 deste Regulamento.
- Parágrafo 2º - O prazo mínimo e máximo para conclusão e defesa da Dissertação ou Tese, após o retorno por Reingresso, constam dos parágrafos 1º e 2º do Artigo 45 deste Regulamento.
- Parágrafo 3º - A Reintegração poderá ser concedida apenas se o motivo do cancelamento se referir aos incisos I e VI do Artigo 63 deste Regulamento.
- Parágrafo 4º - O aluno poderá solicitar a Reintegração, desde que o tempo transcorrido entre a data de desligamento e a data da nova matrícula seja inferior a 02 (dois) anos.
- Parágrafo 5º - No caso de Reintegração, o aluno deverá ter concluído, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos créditos de disciplinas e atividades exigidos pelo Programa.
- Parágrafo 6º - A Reintegração poderá ser concedida uma única vez.
- Parágrafo 7º - O prazo mínimo para conclusão e defesa da Dissertação ou Tese, após a Reintegração, será de 06 (seis) meses, e o prazo máximo, improrrogável, será definido pelo Programa, desde que a soma dos períodos cursados (anterior e da reintegração) não ultrapasse os prazos máximos definidos pelos Artigo 45 deste Regulamento.
- Parágrafo 8º - O aluno, tanto de Reingresso quanto de Reintegração, poderá solicitar aproveitamento dos créditos integralizados anteriormente, desde que não ultrapassados 05 (cinco) anos de sua conclusão, na data da matrícula.

CAPÍTULO XVII DO PERFIL DO EGRESSO

Artigo 65. Os egressos estarão aptos a discutir e explorar, cientificamente, problemas reais de organizações brasileiras e das redes nas quais essas organizações de inserem (redes de inovação, conhecimento, suprimentos, cooperação etc.), à luz de:

- a) uma perspectiva estratégica, social e de operações;
- b) metodologias robustas e tecnologicamente contemporâneas;
- c) objetivos organizacionais, social e ambientalmente responsáveis.

Artigo 66. Ao final do curso, o mestre, egresso do Programa, terá aprimorado sua capacidade para:

- a) Atuar como docentes na graduação e na Pós-Graduação, bem como aprimorar o conteúdo de suas disciplinas e aperfeiçoar sua didática;
- b) Conceber a pesquisa científica como etapa necessária à aquisição e difusão de saberes, contribuindo para o desenvolvimento de conhecimento na área. O domínio competente e crítico da teoria permite a transposição para seu campo de atuação do saber produzido nos espaços acadêmicos e produtivos, trazendo inovações;
- c) Aprofundar debates sobre o método científico e ferramentas analíticas, inclusive aquelas voltadas para análise de redes.

Artigo 67. Ao final do curso, o doutor egresso do Programa terá aprimorado sua capacidade para:

- a) Atuar como docentes na graduação e na Pós-Graduação, bem como aprimorar o conteúdo de suas disciplinas e aperfeiçoar sua didática;
- b) Conceber a pesquisa científica como etapa necessária à aquisição e difusão de saberes, contribuindo para o desenvolvimento de conhecimento na área. O domínio competente e crítico da teoria permite a transposição para seu campo de atuação do saber produzido nos espaços acadêmicos e produtivos, trazendo inovações;
- c) Desenvolver autonomamente pesquisas alicerçadas nas teorias que compõem o espectro do Programa, em consonância com objetos de estudo (teóricos e empíricos), com as estruturas normativas e metodológicas que regem o trabalho acadêmico;
- d) Ocupar cargos de chefias de departamentos, coordenações de Programas, diretorias de unidades de ensino e funções de liderança em diversos tipos de instituições;
- e) Obter bolsas junto aos órgãos nacionais e internacionais de fomento, para o desenvolvimento de pesquisas de ponta, inovadoras e de impacto para a academia e para o desenvolvimento econômico nacional.

CAPÍTULO XVIII DA POLÍTICA E PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO

Artigo 68. A finalidade dos Programas de Pós-Graduação não é apenas a produção de conhecimento, mas também a formação discente. Portanto, norteado por essa diretriz da CAPES e pelos objetivos do Plano da Pós-Graduação da UNIP, o PPGA da UNIP desenvolve um processo de autoavaliação que

pretende captar essa dimensão, no intuito de, continuamente, melhorar a qualidade da formação dos mestres e futuros doutores egressos do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Administração, tendo o acompanhamento de egressos como uma de suas principais ferramentas. Para isso, a política de autoavaliação do PPGA da UNIP está fundamentada nos seguintes princípios:

I- Alinhamento da política de autoavaliação do PPGA com o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI institucional;

II- Constituição uma comissão composta pelo coordenador, professores, discentes e técnico, para coordenação do processo de autoavaliação;

III- Coleta de dados junto aos pós-graduandos por meio de diferentes instrumentos e métodos, tais como: grupos focais, entrevistas, questionários, reuniões, debates e oficinas;

IV- Utilização, no processo de autoavaliação, dos dados coletados junto aos pós-graduandos, dos resultados das avaliações quadrienais, assim como os dados da monitoria da qualidade do Programa e de seu processo de formação;

V- Observação e identificação das fragilidades, potencialidades, desafios estratégicos, melhorias e desenvolvimentos futuros;

VI- Elaboração de relatórios parciais do processo de autoavaliação implementado, destacando especialmente potencialidades e fragilidades evidenciadas, bem como o elenco de possíveis ações futuras;

VII- Implementação, a partir dos resultados obtidos, de um plano de ação para o aperfeiçoamento da gestão dos resultados do Programa;

VIII- Dar publicidade à esta política a partir da sua divulgação no site do Programa, na internet.

CAPÍTULO XIX DO ESTÁGIO DE PÓS-DOCTORADO

Artigo 69. O Pós-Doutorado na UNIP consiste em um estágio acadêmico, caracterizado por atividade de pesquisa e realizado por portadores do título de Doutor, obtido em Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, recomendado pela CAPES e reconhecido pelo MEC, em outra Instituição de Ensino Superior.

- Parágrafo 1º - Excepcionalmente, com a aprovação do Coordenador do Curso e da Coordenadoria de Pós-Graduação e Pesquisa, o estágio acadêmico de Pós-Doutorado poderá ser realizado por portadores de título de Doutor pela UNIP.

- Parágrafo 2º - Cada projeto de Estágio de Pós-Doutorado deverá ser aprovado pelo Programa ao qual foi submetido, que indicará um docente Supervisor vinculado ao mesmo, respeitando a escolha prévia, caso houver, do candidato.

- Parágrafo 3º - O estágio aprovado, com seu respectivo docente Supervisor, deverá ser informado ao Setor de Pós-Graduação.

Artigo 70. O estágio terá a duração mínima de 12 (doze) meses, podendo ser renovado até atingir o limite máximo de 60 (sessenta) meses.

- Parágrafo 1º - Estágios no exterior, com duração máxima de 01 (um) ano, serão computados no prazo previsto.

- Parágrafo 2º - A duração de cada projeto será decidida mediante proposta do candidato, com a aprovação da agência concessiva da Bolsa (se for o caso) e do docente Supervisor.
- Parágrafo 3º - Os prazos poderão ser, excepcionalmente, modificados, a juízo do Programa, por motivos acadêmicos e se isto for previsto na concessão da bolsa.
- Parágrafo 4º - Em caso de estágio com duração superior a 01 (um) ano, o pós-doutorando deverá apresentar relatórios anuais, sem prejuízo do disposto no Artigo 70.

Artigo 71. A participação em Estágio de Pós-Doutorado não gera vínculo empregatício ou funcional entre o pós-doutorando e a Universidade.

- Parágrafo 1º - Em casos excepcionais, os Programas de Pós-Graduação podem aprovar Estágio de Pós-Doutorado para os quais o candidato não tenha bolsa de agência de fomento para execução do projeto.

- Parágrafo 2º - O pós-doutorando não terá direito a qualquer remuneração por suas atividades na UNIP, tanto nos casos em que o Estágio se realize com bolsa de agência de fomento, como nos casos em que o Estágio se realize sem bolsa.

Parágrafo 3º - Durante o desenvolvimento do projeto, o pós-doutorando poderá utilizar os recursos do setor de Pós-Graduação da Universidade.

Artigo 72. São documentos necessários para a solicitação e efetivação do Estágio:

- a) Ficha de Inscrição preenchida;
- b) 02 (duas) fotos 3 X 4 (recentes);
- c) CPF;
- d) Cédula de Identidade ou outro documento de identificação com validade nacional, para os candidatos brasileiros;
- e) Certidão de Nascimento ou Casamento;
- f) Cópia da Tese de Doutorado;
- g) Histórico Escolar do Doutorado;
- h) Diploma do Doutorado;
- i) *Curriculum Lattes* (CNPq) documentado, para candidatos brasileiros;
- j) Projeto de pesquisa e plano de trabalho com cronograma e produtos previstos.

Candidatos estrangeiros deverão apresentar também:

- k) Cópia do Registro Nacional de Estrangeiros (RNE);
- l) Cópia do Passaporte;
- m) Cópia do Comprovante de legalidade da permanência no Brasil;
- n) Currículo com histórico de produções intelectuais de impacto.

- Parágrafo 1º - O projeto e a documentação do candidato serão examinados por uma Comissão de Análise de Propostas, composta de 03 (três) docentes do Programa, sendo um deles, necessariamente, o docente Supervisor.

- Parágrafo 2º - Uma vez aprovado o projeto de Estágio de Pós-Doutorado, pelo Colegiado do Programa, o Coordenador do Programa comunicará tal aprovação ao setor de Pós-Graduação, especificando o título do projeto, sua relação com uma das linhas de pesquisa do Programa, bem como seu autor, instituição de origem e fonte de financiamento (se houver), duração prevista, data de início e fim.

Artigo 73. O desenvolvimento do Estágio de Pós-Doutorado será acompanhado, no Programa em que o Estágio se realiza, por meio de relatórios de atividades, artigos científicos e de resultados e demais produtos previstos no projeto aprovado pelo Colegiado.

- Parágrafo 1º - Ao término do estágio, a homologação se fará em 30 (trinta) dias após sua aprovação, expedindo-se a Declaração de Conclusão de Pós-Doutorado na respectiva área, assinada pelo docente Supervisor e pelo Coordenador do Programa.

- Parágrafo 2º - Toda produção bibliográfica, técnica ou artística decorrente do estágio de Pós-Doutorado deverá mencionar, necessariamente, a condição de pós-doutorando da UNIP e será computada, exclusivamente, como produção da UNIP.

- Parágrafo 3º - O não cumprimento do Projeto de Pós-Doutorado no prazo aprovado implicará em desligamento do pós-doutorando, sem direito a certificado.

- Parágrafo 4º - O setor de Pós-Graduação deverá ser informado da conclusão do estágio.

Artigo 74. Benefícios que resultem de bolsas externas concedidas ao pós-doutorando, incluindo materiais de consumo restantes e permanentes, serão incorporados à UNIP, ao final do período do Estágio.

CAPÍTULO XX

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 75. A inscrição de alunos, matrícula em disciplinas, trancamento e cancelamento de matrícula e demais atos vinculados ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Administração serão efetivados pela Secretaria de Pós-Graduação.

Artigo 76. No histórico escolar fornecido por solicitação de aluno com matrícula trancada ou cancelada, deverão constar, obrigatoriamente, a sua situação, prazo para defesa, os créditos obtidos, carga horária, disciplinas cursadas e aproveitamento obtido nos exames em que tenha sido aprovado.

Artigo 77. Os casos omissos no presente Regulamento serão resolvidos em primeira instância pelo Coordenador, em segunda instância, pelo Colegiado.

Artigo 78. Na hipótese de conflito entre o que preveem os regulamentos dos Programas e o Regimento da Pós-Graduação e Pesquisa, prevalecerá o que dispõe esse último.

Artigo 79. O presente Regulamento entrará em vigor após sua aprovação pela Vice-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa.